



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Vigilância em Saúde  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador  
SCS, Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal  
70.304-000 Brasília-DF  
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

## **Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Mato Grosso**

**Elaboração:**  
**Mirella Dias Almeida**  
Analista Técnica de Políticas Sociais  
Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigipeq  
Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental - CGVAM  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SVS/MS

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos.....</b>	<b>5</b>
<b>Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos .....</b>	<b>7</b>
<b>Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Mato Grosso.....</b>	<b>8</b>
<b>Proposta Estadual.....</b>	<b>9</b>
<b>Municípios priorizados.....</b>	<b>11</b>
<b>Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano .....</b>	<b>12</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>13</b>

## Introdução

O Brasil se destaca, desde 2008, como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo por 19% do mercado. Em 2012, estudo da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná<sup>1</sup>, divulgado durante o 2º. Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, mostra que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxicos, entre 2000 e 2010, foi de 190% contra 93% do mercado mundial. Em sete anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no Brasil mais do que dobrou, passando de 7 kg por hectare em 2005 para mais de 18 kg por hectare em 2012, segundo dados do AGROFIT/MAPA<sup>2</sup> e IBGE<sup>3</sup>.

De modo semelhante ao comportamento nacional, de acordo com a Tabela 1, observa-se no Mato Grosso o crescimento da taxa de consumo de agrotóxicos sem aumento proporcional na área plantada, tornando as ações de regulação e vigilância cada vez mais necessárias.

**Tabela 1:** Consumo de agrotóxicos, Mato Grosso, 2006 a 2012.

Mato Grosso	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Ingrediente Ativo (Kg)</b>	37.237.000	48.229.000	59.113.000	64.623.000	141.395.730	132.478.297	149.880.938
<b>Área Plantada (hectare)</b>	8.063.237	8.048.076	8.915.914	8.822.248	9.457.814	9.941.283	11.319.172
<b>Taxa de Consumo de Agrotóxico (kg/ha)</b>	4,62	5,99	6,63	7,33	14,95	13,33	13,24

**Fonte:** IBGE, SINDAG, AGROFIT.

A compreensão dos agrotóxicos enquanto relevante problema ambiental e de saúde pública vem crescendo em paralelo à ampliação de seu uso e das evidências dos impactos que podem causar. Diante do uso intenso e difuso dos agrotóxicos, é possível considerar que a maior parte da população está exposta de alguma forma. Os trabalhadores rurais são certamente os que entram em contato mais direto com estes produtos, e por maior tempo, seja nas empresas do agronegócio, na agricultura familiar e camponesa, seja nas fábricas onde são formulados, ou nas campanhas de saúde pública onde são utilizados. Um segundo grupo seriam as comunidades situadas em torno desses empreendimentos agrícolas ou industriais, onde comumente vivem as famílias dos trabalhadores, em áreas rurais ou urbanas. Um

<sup>1</sup> ANVISA; UFPR. Seminário de mercado de agrotóxico e regulação. Brasília: ANVISA. Acesso em: 11 de abril de 2012.

<sup>2</sup> AGROFIT/MAPA - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários do Ministério da Agricultura.

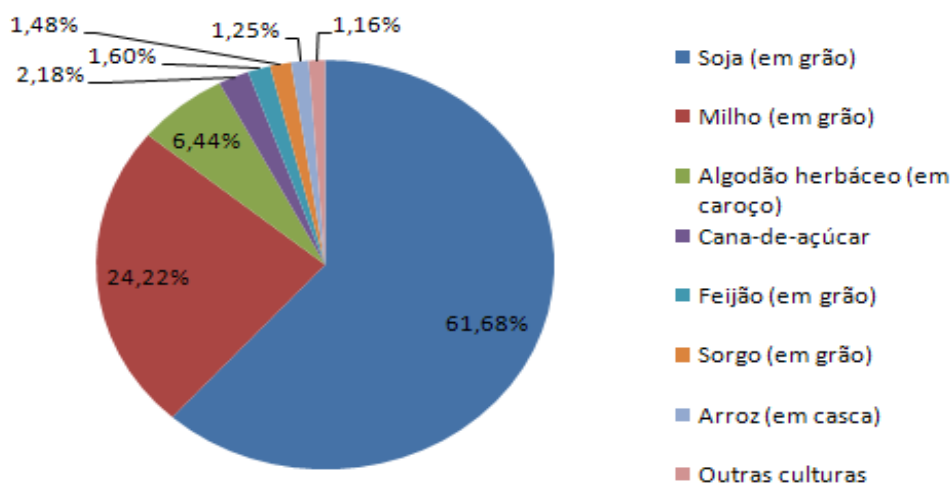
<sup>3</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

terceiro grupo seriam os consumidores de alimentos contaminados, em que está incluída praticamente toda a população<sup>4</sup>.

Resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que avaliou os níveis de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal, revelou amostras insatisfatórias, em aproximadamente 31% em 2011 e 20% em 2012<sup>5</sup>.

Desta forma, cabe ao setor saúde estar atento à exposição ambiental e dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva envolvendo os agrotóxicos, a fim de propiciar a estrutura necessária para monitoramento, vigilância e assistência da população exposta.

No ranking do Brasil, o Mato Grosso situa-se como o 2º estado brasileiro maior consumidor de agrotóxicos, utilizando aproximadamente 150 milhões/kg de ingrediente ativo no ano de 2012, segundo dados do Agrofit. Os agrotóxicos são utilizados em grande escala no setor agropecuário especialmente nos sistemas de monocultivo em grandes extensões. Segundo dados do SINDAG<sup>6</sup>, as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar representam 80% do total das vendas do setor em 2011. Na Figura 1, observam-se as principais culturas produzidas no estado, sendo a soja correspondente por 61,68% da produção agrícola.



Fonte: SIDRA/IBGE (Safras, 2012).

Figura 1: Produção agrícola do Mato Grosso, 2012.

<sup>4</sup> RIGOTTO, Raquel. [organizadora]. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

<sup>5</sup> ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) – Relatório de Atividades de 2011 e 2012. 2013.

<sup>6</sup> SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. Vendas de defensivos agrícolas são recordes e vão a US\$ 8,5 bi em 2011. Disponível em: [http://www.sindag.com.br/noticia.php?News\\_ID=2256](http://www.sindag.com.br/noticia.php?News_ID=2256), acessado em: 22/05/14

De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE<sup>7</sup> (2006), que recenseou 112.978 estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso, observou-se a predominância de 76% do cultivo de terra pela agricultura familiar, com cerca de 215.117 pessoas ocupadas.

Observa-se, em relação ao uso de agrotóxicos, a fragilidade da agricultura familiar. Devido às suas características socioeconômicas, esse grupo tende a ter menor acesso à tecnologia e à informação, o que pode resultar no aumento do uso de agrotóxicos na plantação, em comparação com os demais produtores. Além disso, sua exposição a essas substâncias tende a ser mais significativa, devido à ausência de técnicas de manejo adequadas e do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros.

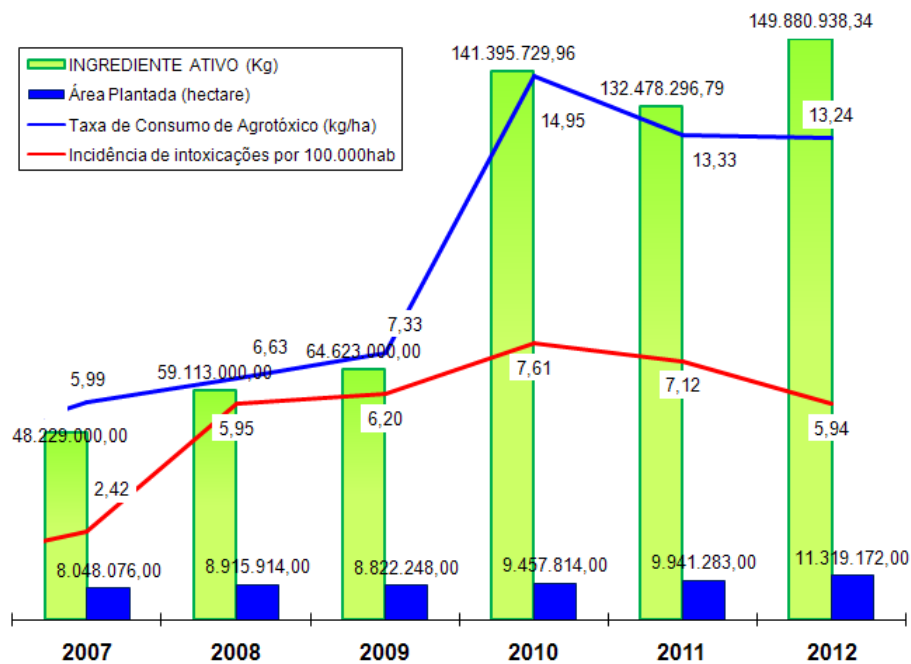
### **Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos**

Segundo a Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014 (revoga Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011), a intoxicação por agrotóxicos faz parte da Lista de Notificação Compulsória e deve ser notificada através da ficha de intoxicações exógenas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Apesar de algumas oscilações, a análise conjunta da evolução da área de produção agrícola, do consumo de agrotóxicos e da incidência das intoxicações, no mesmo período, revelou um pequeno aumento na área de plantio e um acréscimo de aproximadamente 2,2 vezes no consumo de agrotóxicos (Figura 2). Além disso, a incidência de intoxicações acompanha a tendência de consumo de agrotóxicos, variando de 2,42 a 7,61 casos por 100.000 habitantes, apresentando uma queda de registro em 2012, o que pode estar relacionado à parcialidade dos dados.

---

<sup>7</sup> IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

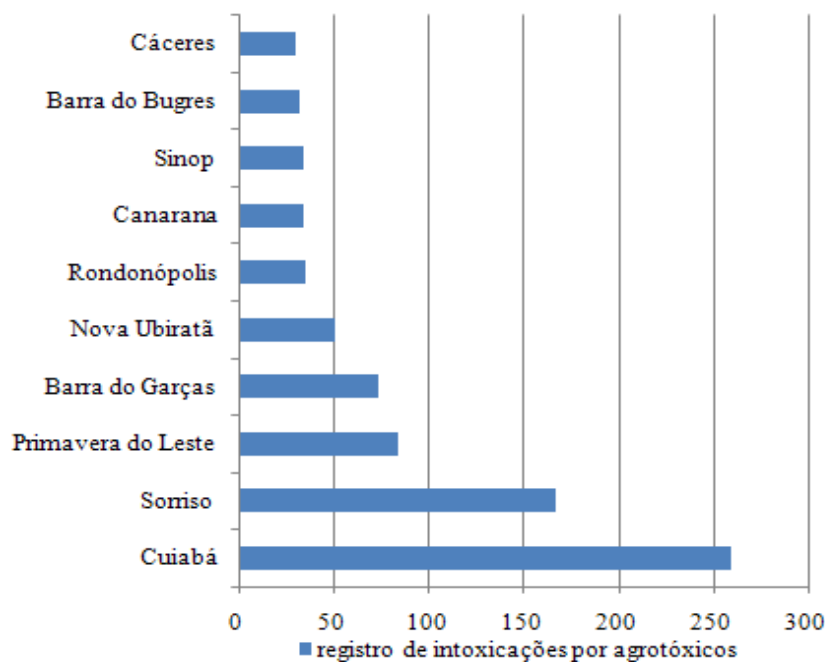


Fonte: SINAN\*, IBGE, AGROFIT.

\*Os dados das intoxicações referentes ao ano de 2012 são parciais.

**Figura 2:** Consumo de agrotóxicos e intoxicações notificadas no SINAN, Mato Grosso, 2007 a 2012\*.

Do total de 141 municípios do estado, 79 (56%) municípios registraram casos de intoxicação no SINAN, entre 2006 e 2014. Entre os municípios que mais registraram notificações, destacam-se Cuiabá (n=260) e Sorriso (n=167), conforme a Figura 3, que revela a baixa notificação no estado, considerado 2º maior consumidor.



Fonte: SINAN. \*Os dados das intoxicações referentes ao ano de 2012 são parciais. Consulta 05/2014.

**Figura 3:** Municípios que mais notificaram intoxicação por agrotóxicos no SINAN, Mato Grosso, 2006 a 2014\*.

Ressalta-se que a notificação é ferramenta imprescindível à vigilância, por constituir um dos fatores desencadeadores do processo “informação/decisão/ação”, propiciando o monitoramento oportuno da saúde da população local e o suporte necessário para o planejamento, as decisões e as ações dos gestores nas três esferas (municipal, estadual e federal). Além disso, os registros podem ser feitos por qualquer profissional de saúde, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino, o que amplia e facilita a possibilidade de notificação dos casos.

### **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos compreende um conjunto de ações integradas de prevenção, proteção e promoção da saúde, envolvendo todos os agentes do Sistema Único de Saúde (SUS): gestores, profissionais de saúde e controle social.

Visando fomentar o fortalecimento dessa Vigilância, em 21 de dezembro de 2012, foi publicada a Portaria GM/MS nº 2.938, que autorizou o repasse de R\$22.700.000,00 do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal. Em face disso, a Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) recomendou aos estados que elaborassem sua proposta de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, com base no “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”, e a submetesse à Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O referido instrutivo foi elaborado e pactuado em reunião do Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS), com fins de normatização técnica. Esse documento traça diretrizes para a implementação da Vigilância e auxilia os Estados na construção de suas propostas.

Até o início de 2014, das 27 unidades da federação, 24 elaboraram as Propostas de Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos e 18 pactuaram suas propostas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB). Esses estados elaboraram diagnóstico situacional visando traçar o perfil da produção agrícola, consumo de agrotóxicos e identificação de populações expostas a essa classe de contaminantes. A partir dos diagnósticos e utilizando critérios como área plantada por cultura, número de notificações de intoxicação exógenas no SINAN, entre outros, a maior parte dos estados priorizaram municípios para a realização de projeto piloto.

Em relação às Propostas Estaduais, a maioria propôs ações de capacitações de profissionais do setor saúde, para aumento e qualificação das notificações de intoxicações exógenas no SINAN. Observa-se ainda, o investimento em estratégias de educação em saúde, com ações direcionadas a trabalhadores (as) rurais e a população em geral e elaboração de materiais educativos. Outra ação citada pela maioria dos estados é a intensificação do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, haja vista a importância dos meios hídricos para a disseminação de agrotóxicos e a contaminação de trabalhadores, suas famílias e regiões próximas ao uso, armazenamento e descarte desses produtos. Alguns estados investiram parte dos recursos na compra de equipamentos e insumos para instrumentalizar a Vigilância em Saúde Ambiental.

### **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Mato Grosso**

Em abril de 2014, a CGVAM solicitou informações a respeito da execução de ações gerais de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos à Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental, que correspondem ao exposto no quadro 1.

**Quadro 1:** Ações gerais de Vigilância, com interface em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

Atividades Desenvolvidas
Coleta de Água para Agrotóxicos em cumprimento ao Projeto de Monitoramento de Agrotóxico em Água para Consumo Humano. No Projeto Piloto foi previsto 37 municípios e ocorreu a inclusão de mais dois, totalizando 39 municípios prioritários para a coleta de amostra de agrotóxico. Destes somente o município de Nova Xavantina não realizou a coleta, atingindo um percentual de 97,44%. Na reunião de Avaliação do programa VIGIAGUA coordenada pelo Ministério da Saúde no período de 08 a 10/04/2014 foi mencionado que o estado de Mato Grosso foi um dos poucos que realizaram a alimentação de 100 % dos resultados recebidos do Instituto Evandro Chagas.
Avaliação de Planos de Amostragem de Controle e Vigilância com elaboração de Parecer Técnico às SMS e Ministério Público.
Participação na elaboração do Plano Estadual de Contingência para Atendimento a Emergências Químicas (em andamento).
Participação na Comissão Intergestora de Educação Ambiental – CIEA: Na comissão organizadora da conferência infanto juvenil para o meio ambiente junto a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Na Oficina PEAAF – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar; Nas Oficinas para a revisão do decreto do CIEA; Na Conferência do Meio Ambiente junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

**Fonte:** Relatório da Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Estado do Mato Grosso. Data: 04/2014.

Para fomentar o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no estado do Mato Grosso, conforme disposto na Portaria nº 2.938/GM/MS/2012, ocorreu a transferência de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao



Fundo Estadual de Saúde, de forma automática e em parcela única, para elaboração e execução de sua proposta.

## Proposta Estadual

A proposta de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos foi elaborada pela Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental, da Secretaria Estadual de Saúde e aprovado pela CIB em 22 de março de 2013 (resolução CIB-MT nº 32). O documento define 6 objetivos:

- Capacitar os profissionais da vigilância, atenção à saúde, representantes do controle social, profissionais e agentes comunitários das equipes de saúde da família e agentes de controle de endemias sobre vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos;
- Realizar análise da situação de saúde das populações expostas a agrotóxicos;
- Incluir as ações de promoção e vigilância no plano de ação em Vigilância em Saúde das áreas de abrangência;
- Monitorar e avaliar o registro dos resultados das análises de agrotóxicos na água de consumo humano;
- Monitorar e avaliar as notificações das intoxicações exógenas por agrotóxicos;
- Priorizar as ações de continuidade do Modelo Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

Para isso, foram definidas 16 atribuições.

Com base no tópico III, item 2 do “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”, que define as ações mínimas para a Vigilância, foi analisado o alinhamento entre as atribuições definidas pela proposta estadual e as sugestões descritas no Instrutivo, conforme a Tabela 2. Observa-se que a proposta não abrange todos os eixos sugeridos pelo Instrutivo.

**Tabela 2:** Análise das atribuições da proposta estadual, conforme as ações mínimas de Vigilância previstas pelo *Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*.

Ações Mínimas (tópico III, Item 2 do Instrutivo)	Contemplado pela proposta estadual
--	------------------------------------

<b>Medidas de controle e vigilância em saúde no que se refere à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e utilização e destinação final de agrotóxicos.</b>	Não
<b>Caracterização e cadastramento de grupos populacionais em situação de exposição ocupacional ou ambiental a agrotóxicos.</b>	Sim
<b>Vigilância dos ambientes e processos de trabalho.</b>	Não
<b>Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano e em outras matrizes de interesse da saúde.</b>	Sim
<b>Alimentação, monitoramento e análise dos dados dos sistemas de informação com regularidade.</b>	Sim
<b>Promoção de estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde.</b>	Sim
<b>Informação e comunicação de risco à saúde.</b>	Sim

Em janeiro e abril de 2014, a CGVAM também solicitou informações referente a execução da Proposta à Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental, expostas conforme Tabela 3. Destaca-se que a maioria das ações constantes no relatório enviado, indicadas como “em andamento”, foram justificadas com cronograma e informações detalhadas.

**Tabela 3:** Execução da “Proposta de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Mato Grosso”

<b>Ações Estratégicas Planejadas</b>	<b>Status</b>
1. <b>Instituir e publicar Portaria nomeando Grupo Técnico</b>	Executada
2. <b>Elaborar a proposta, apresentar aos conselheiros para posterior pactuação e homologação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB)</b>	Executada
3. <b>Encaminhar o projeto e a Resolução aprovada em CIB ao Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS)</b>	Executada
4. <b>Sensibilização dos Conselhos de Saúde, Gestores Estaduais e Municipais e Trabalhadores Municipais de Saúde</b>	Executada
5. <b>Elaboração de material didático-pedagógico, para capacitações/oficinas:</b> Obs.: Foi elaborado e editado o questionário de investigação para levantamento do perfil das populações exposta e para socialização das informações foi também utilizado à cartilha de agrotóxicos da ANVISA.	Executada
6. <b>Elaboração de protocolos para Construção do perfil das populações expostas a agrotóxicos:</b> Obs.: Elaboração do Questionário para diagnóstico do Projeto de População Exposta a Agrotóxicos. Ação com a Coordenadoria de Saúde do Trabalhador.	Executada
7. <b>Reunião de Sensibilização nos ERS (Diamantino, Tangará da Serra, Sinop e Rondonópolis):</b> Obs.: Realização de quatro Reuniões de Sensibilização para a implantação do Projeto Piloto de População Exposta a Agrotóxico em Mato Grosso nos ERS de Diamantino, Tangará da Serra, Sinop e Rondonópolis. Ação com a Coordenadoria de Saúde do Trabalhador, com adesão dos gestores municipais e regionais.	Executada
8. <b>Reunião de integração com o MT Lab., ESP, Atenção a Saúde, Central de Regulação, CIEVS. Criação pelo secretário de um GT.</b>	Não executada
9. <b>Capacitação em Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (oito municípios) e Levantamento de dados (momento de dispersão):</b> Obs.: Realizadas cinco capacitações em Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nos municípios: Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Ação com a Coordenadoria de Saúde do Trabalhador. Ação em parceria com a Coordenadoria de Saúde do	Em andamento

<b>Trabalhador, com adesão total dos Agentes de Saúde Ambiental, Agentes Comunitários de Saúde e Enfermeiros das Unidades de Saúde.</b>	
10. <b>Capacitação para profissionais médicos e enfermeiros em protocolos clínicos de tratamento por exposição a agrotóxicos:</b> <b>Obs.: A realização desta ação está prevista para o segundo semestre de 2014.</b>	Não executada
11. <b>Reunião para Consolidação de dados e Análise de Situação.</b>	Não executada
12. <b>Interpretação e discussão dos resultados.</b>	Não executada
13. <b>Monitoramento e Vigilância da Qualidade Água para Consumo Humano (Portaria nº 2914-2011):</b> <b>Obs.: Monitoramento realizado em 38 municípios prioritários para o programa.</b>	Executada
14. <b>Seminário de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos e Elaboração de Proposta para inserção dessas ações no PES e PMS</b>	Não executada
15. <b>Elaboração de Boletins e Relatórios de Gestão com as ações executadas e resultados alcançados</b>	Não executada
16. <b>Articulação/Parceria com o programa Tele Saúde.</b>	Não executada
<b>Total: 50% ações executadas; 6,2% ações em andamento; 43,8% não executadas.</b>	

Fonte: Relatório da Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Estado do Mato Grosso. Data: 01/2014 e 04/2014.

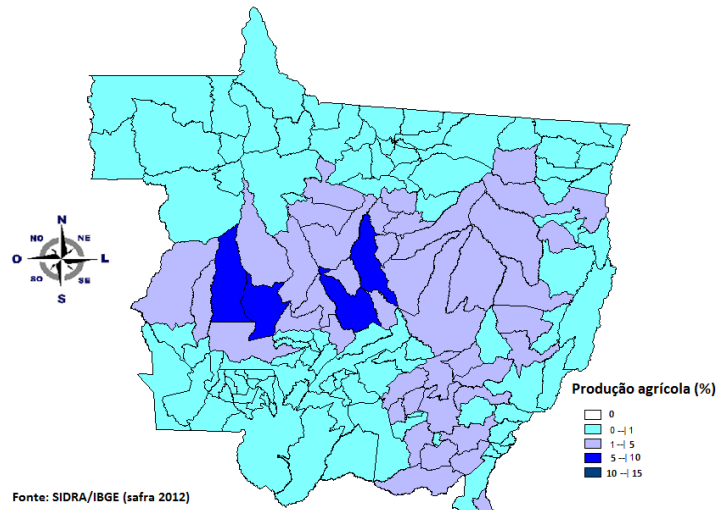
## Municípios priorizados

A priorização dos municípios é ponto relevante da proposta, por possibilitar a otimização de recursos humanos e financeiros e a qualificação da capacidade de resposta às demandas.

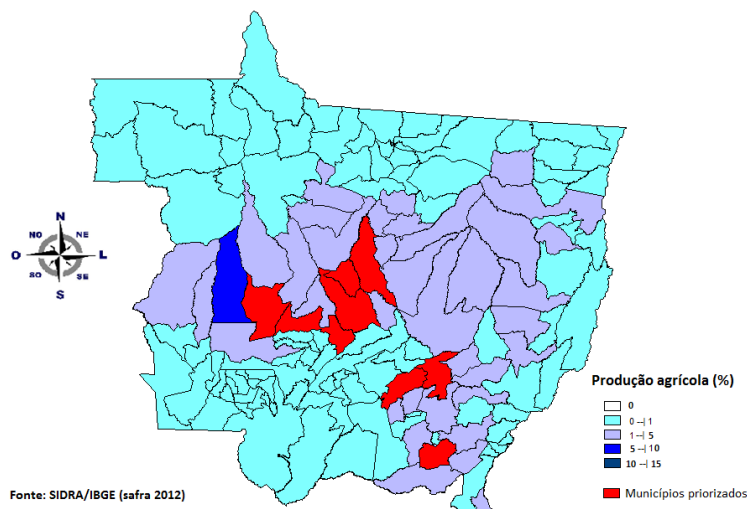
O Mato Grosso identificou como prioritários os municípios de Diamantino, Nova Mutum, Campo Novo dos Parecis, Pedra Preta, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste, adotando como critérios para priorização a relação agrotóxico/habitante e a relação trabalhador da agropecuária/trabalhador formal.

Ressalta-se que os 8 municípios selecionados concentram 34% da produção agrícola do estado, segundo dados do IBGE (2012). Sendo destes, Sorriso e Primavera do Leste os que mais notificam intoxicações no SINAN.

Destacam-se, a seguir, os municípios do Mato Grosso, conforme percentual de produção agrícola e municípios efetivamente priorizados (Figuras 4 e 5):



**Figura 4:** Produção agrícola dos municípios do Estado do Mato Grosso



**Figura 5:** Produção agrícola e municípios priorizados no Estado do Mato Grosso

## Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano

A Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano consiste no conjunto de ações adotadas continuamente para garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, bem como avaliar e prevenir os possíveis riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água podem representar à população abastecida, abrangendo todo o sistema de produção de água potável.

O monitoramento dessa qualidade envolve procedimento programado de amostragem, mensuração e subsequente registro de diversas características da água, com vistas à avaliação da conformidade da água ao uso pretendido. O Plano de Monitoramento de Agrotóxicos permite considerar as especificidades locais e, por conseguinte, priorizar municípios com maior probabilidade de ocorrência de agrotóxicos na água de consumo humano. Os

parâmetros, número de amostras e frequência de monitoramento estão descritos no documento “Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano”, revisado e publicado em fevereiro de 2014

Com relação a Vigilância da Qualidade da Água do Mato Grosso, pode-se observar o crescente avanço do estado na atuação do monitoramento de agrotóxico na água para consumo humano. Segundo o “Boletim Epidemiológico – Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2011/2012”, verificou-se que 11 municípios foram monitorados em 2012, representando 7,8% do total de municípios do estado (N=141), sendo realizadas 333 análises e estando todas dentro do padrão.

No que se refere ao ano de 2013, e de acordo com os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), até abril de 2014, 38 municípios foram monitorados, representando 27% do total.

Para o ano de 2014, foi encaminhado o Plano de Amostragem referente ao monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano, a ser executado pelo estado, com previsão para 103 amostras.

O Boletim também apresentou os dados do Responsável pelo Abastecimento de Água (Controle), sendo monitorados 26 municípios (18,4%), apresentando 96,9% das amostras dentro do padrão. Os municípios de Cáceres, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste apresentaram algum resultado fora do padrão de potabilidade para o parâmetro agrotóxico, destacando a importância da inclusão feita dos municípios na proposta. Desta maneira, a recomendação é intensificar as atividades do setor saúde, articulando com os demais agentes envolvidos, nas localidades em que foram detectadas as concentrações de agrotóxicos acima do valor máximo permitido (VMP) estabelecido pela Portaria GM/MS nº 2.914/2011, visando assegurar a potabilidade da água fornecida à população.

Ressalta-se a importância de manter o apoio aos municípios para alimentação dos dados no Sisagua, visto que este é uma importante ferramenta para planejamento e operacionalização das ações de vigilância.

### **Considerações finais**

A CGVAM reconhece e parabeniza a Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso pelo empenho nas atividades voltadas para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, refletido nas ações propostas já executadas e iniciadas no estado. Destaca-se que

o Mato Grosso é o estado com o maior quantitativo de municípios que realizam o monitoramento de agrotóxico na água para consumo humano

A proposta apresentada se destaca pela ampla formação de profissionais de saúde (vigilância, atenção à saúde, profissionais e agentes comunitários das equipes de Saúde da Família, agentes de controle de endemias) e representantes do controle social, que contribuem para o fortalecimento das ações de Vigilância.

Em referência as ações apresentadas na proposta, faz-se algumas sugestões para esclarecimento das atribuições, visando alcançar os objetivos delineados:

- Especificar no cronograma de execução das ações o público-alvo e a temática das capacitações de forma a atender todos os agentes citados nos objetivos (profissionais da Vigilância, Atenção à saúde, Representantes do Controle Social, Profissionais e Agentes Comunitários das Equipes de Saúde da Família e Agentes de Controle de Endemias);
- Definir o público-alvo do Seminário de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos;
- Incluir a capacitação em notificação no item “Capacitação para profissionais médicos e enfermeiros em protocolos clínicos de tratamento por exposição a agrotóxicos”;
- Incluir uma ação no cronograma da proposta correspondente ao objetivo de monitorar e avaliar as notificações das intoxicações exógenas por agrotóxicos;
- Incluir no cronograma as parcerias intra e intersetoriais para melhor implementação de sua proposta, a exemplo de ações de vigilância integrada à Saúde do Trabalhador, Vigilância Sanitária, Instituto de Defesa Agropecuária, órgãos de controle, citadas no FormSus, relatório de acompanhamento, mas ausentes na proposta;
- Incluir na análise da situação de saúde das populações expostas a agrotóxicos o diagnóstico situacional dos municípios priorizados, abrangendo o perfil de consumo de agrotóxicos (princípios ativos mais utilizados) e as principais lavouras envolvidas.

Com base nestas considerações, apresentam-se alguns pontos sugestivos para o fortalecimento da vigilância: parcerias com os municípios e instrumentalizá-los para implantação da proposta; promover educação permanente aos profissionais de saúde, quanto

ao diagnóstico, tratamento e notificações por agrotóxicos; avançar na execução da proposta; apoiar o monitoramento e a vigilância de agrotóxicos em água para consumo humano e estimular a notificação dos casos de intoxicação no SINAN.

Verifica-se que o processo de notificações no SINAN vem se consolidando no estado. Entretanto, apesar do aumento de dados registrados, a subnotificação ainda é expressiva, devendo a Vigilância somar esforços para reverter esse quadro, como ações de capacitação de profissionais de saúde e envolvimento da atenção básica.

Com relação aos municípios prioritários, indica-se avaliar a viabilidade de inclusão do município de Sapezal, que apresenta a segunda maior produção e baixo registro de notificação em intoxicações exógenas por agrotóxicos.

Além disso, o Grupo Técnico de Vigilância em Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (GTVS-CIT) sugeriu, recentemente, que todos os estados buscassem definir estratégias para ampliar a participação dos municípios na construção e na implementação das ações, buscando sensibilizar os gestores locais a respeito da problemática da intoxicação por agrotóxicos.

Os aspectos discutidos neste documento são apenas sugestões para contribuir com o desenvolvimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Mato Grosso, considerando a autonomia administrativa do Estado.